



10

**DO PIB NA
EDUCAÇÃO PÚBLICA
JÁ!**

Conheça a campanha

PÁG. 04 E 05

Lançada nacionalmente em agosto, a campanha “10% do PIB na educação pública, já”, teve sua divulgação nos estados durante os meses de setembro e outubro. Por meio da instalação de comitês e o aumento da divulgação na internet a campanha começa a conquistar a adesão de diferentes setores da sociedade. O mês de novembro será marcado pela realização do plebiscito popular que tem por finalidade pressionar o legislativo a aprovar o percentual para a educação pública.



ENTREVISTA

O professor aposentado Cláudio Engelke, formando da primeira turma do curso de medicina da FURG (1971), nos conta sobre sua formação. Ele relata que um dos desafios de ser professor na área de medicina é proporcionar a humanização do profissional.

PÁG. 06

ARTIGO

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS URBANOS E SÓCIO-AMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DO BRASIL.

PÁG. 03

POLÊMICA GOLBERY

PÁG. 07

APROFURG INGRESSA COM COBRANÇA DE VALORES DE ANUËNIOS E AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

PÁG. 08

História, totalidade, sentidos

Surgiu na caixa de entrada de diversos professores, a partir de diversos pontos de origem, um número bastante grande de e-mails de origens diversas, apresentado uma polêmica, ora mais e ora menos informada, sobre uma homenagem a certo militar, por alguns inclusive desconhecido.

O levantamento cuidadoso de informações, feito a partir de nossas indagações sobre o tema revelou que o assunto estava em pauta em alguns meios há mais tempo, sendo de certa maneira objeto de iniciativas diversas.

Nosso Sindicato não intenciona se furtar de participar de inúmeras lutas travadas no seio da sociedade e, por isso, não poderia deixar de

abrir espaço para que o debate se fizesse claro e aberto no seu interior e através de seus espaços e veículos. Veremos nesta edição dois pontos de vista diferentes, cada um com seu embasamento, cada um com suas consequências.

De nossa parte, talvez não fosse demais dizer, pensamos que as posições assumidas devem ser decorrentes do conhecimento dos fatos, portanto o que objetivamos é permitir a disputa da história, não como verdade, mas como a síntese de conflitos e contraposições. O contraditório, o embate, fazem parte da constituição da totalidade que é a sociedade, que permite a coexistência do diferente e dos diferentes pontos de vista, vistas de diferentes pontos. Por isso, entendemos que o cerne da questão é o sentido que se quer atribuir ao passado, aos atores, às ações... Esperamos poder iniciar uma discussão em diferentes espaços e que fique claro que não se trata de "apenas" um monumento, mas de um significado.



ANIVERSÁRIOS SETEMBRO

- | | | | |
|------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| 1-BRASILIO CEZIMBRA RUIZ | 7-HENRIQUE C. BERNARDELLI | 17- JOSE RAFAEL R. SCHIAVON | 24- CLAUDIO RODRIGUES OLINTO |
| 1-GERALCY CARNEIRO DA SILVA | 7-CLAUDETE R. TEIXEIRA GRAVINIS | 17- MARLISE DE A. BEMVENUTI | 24- HEITOR MACHADO BOTELHO |
| 1-MARILENA KARAM ZOGBI | 8-LEYLA MARIA GAMA JAEGER | 18- JARBAS GREQUE ACOSTA | 24- PAULO RENATO P. DOS SANTOS |
| 1-RODRIGO D. JARDIM | 9-SERGIO MENDONCA GIESTA | 18- OSCAR DARIO DE MELLO TERRA | 25- RICARDO GABRIEL P. HABIAGA |
| 2-GILBERTO FILLMANN | 9-CARLOS HARTMANN | 19- GILBERTO HENRIQUE GRIEP | 25- SABRINA MADRUGA NOBRE |
| 2-MARIA MIRTA C. DE OLIVEIRA | 9-PABLO ELIAS MARTINEZ | 19- JOSE CARLOS PINTO LEIVAS | 25- ILDEFONSO MARIO C. POESTER |
| 3-DULCE H. PORTO M. LEITE | 11- LOURDES C. LAZZARI BONOTTO | 20- PAULO R. DA SILVA MUNHOZ | 26- CARLOS R. DA SILVA MACHADO |
| 3-JOAO RENAN S. DE FREITAS | 11- NICOLAI MIRLEAN | 20- ANTENOR FERREIRA MORAES | 26- EURIPEDES FALCAO VIEIRA |
| 3-DEOCLECIO JOSE M. TEIXEIRA | 12- CLARISSE ODEBRECHT | 21- PAULO FRANCISCO BUTZEN | 26- OBEDE PEREIRA DE LIMA |
| 3-REJANE MARQUES PEIXOTO | 12- CLAUDIO ENGELKE | 21- PAULO MARCOS DUVAL DA SILVA | 26- VICTOR HUGO G. RODRIGUES |
| 4-WILSON DANILO L. FILHO | 12- SUSANA MARIA VELEDA DA SILVA | 21- ANDERSON LUIS RUHOFF | 27- MARIA DO CARMO GALIAZZI |
| 4-DORILDA GROLLI | 13- OMAR FERNANDEZ GONZALEZ | 21- ANDRE DAS NEVES DAMEDA | 28- JOABER PEREIRA JUNIOR |
| 5-PEDRO LUCIO DE SOUZA | 13- ADRIANO VELASQUE WERHLI | 21- CARLOS R. BRANDAO HARTMANN | 28- MANOEL FROHLICH HENRIQUE |
| 5-JOÃO MORENO POMAR | 13- DEBORA PEREIRA LAURINO | 21- IVO PEREIRA BRAGA | 28- MARIANGELA DE M. LOUREIRO |
| 5-ODILIO DE ALDABE GARCIA | 15- PAULO NELO MEDEIROS PERFETO | 21- MARIA DA GRACA T. SUCENA | 29- ENIR GIRONDI REIS |
| 6-TANIA MARIA ESPERON PORTO | 15- CRISTINA MARIA LOYOLA ZARDO | 22- PAULO ROBERTO S. GONCALVES | 29- FERNANDO LOPES PEDONE |
| 6-ALTAMIR DA SILVA SOUZA | 16- LULIE ROSANE ODEH SUSIN | 22- LEDA CENY RAMOS OLIVEIRA | 29- GILBERTO LIMA RUSSOMANO |
| 6-HELENA H. VAGHETTI | 16- IONI GONCALVES COLARES | 23- NELSON LOPES DUARTE FILHO | 29- MIGUEL GLASER RAMOS |
| 6-SIRIO LOPEZ VELASCO | 17- NERY GOMES SEQUEIRA | 23- GLAUBER ACUNHA GONCALVES | 29- YORK DE SAO MIGUEL LOUZADA |
| 6-NEUZA Mª COTTA DE M. SILVA | 17- VERA LUCIA NOZARI SUSIN | 23- MARCO SILVA GOTTSCHALK | |

ANIVERSÁRIOS OUTUBRO

- | | | | |
|---------------------------------|-----------------------------------|---|-----------------------------------|
| 2- ODILON GOMES | 13- MARCOS A. SATTE DE AMARANTE | 19- PEDRO JOSE CASTELLI VIEIRA | 26- CLARA EMILIA DA S. DOS SANTOS |
| 2- ARACY ERNST PEREIRA | 13- MARLI BERGESCH | 20- ANA MARIA BARRAL DE MARTINEZ | 26- FAUSTO WITTEE NEETZOW |
| 3- RUDA KALIKOSKI DE CARVALHO | 13- EDNEI GILBERTO PRIMEL | 21- CARLOS A. BAUMGARTEN | 27- IORK PIRES FERREIRA |
| 3- CARLA AMORIM NEVES GONCALVES | 13- FATIMA LUVIELMO ENCARNACAO | 20- JOSE ANTONIO SCOTTI FONTOURA | 28- MELISSA ORZECOWSKI XAVIER |
| 4- ANTONIO LIBORIO PHILOMENA | 15- JACQUELINE SALLETE DEI SVALDI | 21- MARIA ELISABETH GOMES DA SILVA ITUSARRY | 28- GEANI FARIAS M. FERNANDES |
| 5- MARIA DE LOURDES G. LUCAS | 15- TANIA MARIA DE FREITAS LOPES | 22- ISABEL C. DE OLIVEIRA NETTO | 29- VALMOR OLAVO MENDONCA |
| 6- SERGIO TADEU JUGUEIRO | 16- SERGIO DIAS MASSARO | 22- DEROCINA ALVES CAMPOS SOSA | 30- LUIZ CARLOS KRUG |
| 7- JOANALIRA CORPES MAGALHAES | 16- AIMEE TERESA G. BOLANOS | 22- TALITA MARIA DUARTE DREWS | 30- MARIA NOEL GIOIA B. DE COCH |
| 7- AMILTON CRUZ DE AVILA | 17- TERESA DE JESUS PAZ M.LENZI | 24- HAROLDO ERWIN ASMUS | 30- VINICIUS MENEZES DE OLIVEIRA |
| 8- SUELI CECILIA RAUBER FELDENS | 17- VALERIA LERCH LUNARDI | 24- HUMBERTO CAMARGO PICCOLI | 31- MONICA WALLNER KERSANACH |
| 9- ODACIR PEREIRA GARCIA | 17- MARIA J. I. SEMINO DE LOPES | 24- RENATO ANTONIO CHDIAY DRESCH | 26- ANA DO CARMO G. GONCALVES |
| 10- ARMINDO DE PINHO MACADA | 17- SANDRA CRIPPA BRANDAO | 25- MARIA I. C. DA SILVA MACHADO | |
| 11- ALCINO ALCANTARA FILHO | 18- ELZA EDITH RUBARTH HUCH | 25- LUIZ ANTONIO D. SPOTORNO | |
| 12- ELAINE CORREA PEREIRA | 19- LEANDRO SEBEN BELLICANTA | | |

Observatório dos Conflitos

Urbanos e Socioambientais no Extremo Sul do Brasil.

Carlos RS Machado¹ Everton Bandeira Martins²
Thiago V.T. Pinheiro³ Sabrina Rosa Freitas⁴

A origem e a equipe

O “Observatório dos Conflitos Urbanos e Sócio ambiental no Extremo Sul do Brasil” criado no início do ano de 2011 na FURG está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental e à Pós-Graduação em Geografia através do Núcleo de Pesquisas Política, Natureza e Cidade, e conta com apoio do Centro de Estudos Ambientais (CEA), do Grupo de Pesquisa Transdisciplinar de Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade (GTJUS), dentre outros. O mesmo é financiado pelo CNPq 2010-2012 (Edital Universal) além de contar com bolsas da FAPERGS e do PDI e de extensão em nossa Universidade. Sua origem inspirou-se no Observatório de Conflitos Urbanos (ETTERN/IPPUR/UFRJ), existente e desenvolvido na UFRJ e faz parte da rede de Observatórios dos Conflitos criado em 2010. Todavia é importante salientar que diferente daquele da UFRJ/IPPUR, o que estamos desenvolvendo na FURG tem como foco a análise dos conflitos urbanos e socioambientais. Tal noção é congruente com as preocupações, tanto do e no espaço urbano, e ainda mais, agora, que nossa cidade se amplia em empreendimentos, pela ampliação do porto, bem como no afluxo de pessoas de diferentes regiões que buscam trabalho, moradia e estudos na FURG; mas também pelo ecossistema costeiro e marítimo e lagunar, o qual tem destaque nos Planos Pedagógicos e Estratégicos da Universidade. Portanto, ambos em estudos mais aprofundados das relações sociais, e sua sustentabilidade pelos pesquisadores envolvidos no projeto.

A metodologia e coleta de dados

O trabalho do “Observatório dos Conflitos” consiste na coleta de documentos (artigos de jornais) os quais são organizados em fichas e, que em início de 2012, serão digitalizadas e disponibilizadas em um site na internet para consulta dos cidadãos, representantes políticos, gestores da cidade e da região. Atualmente, estamos realizando a coleta de dados acerca dos conflitos, em periódicos (jornais, primordialmente) das cidades de Rio Grande e São José do Norte, desde 1º de janeiro de 2011. A partir de 2012, ao mesmo tempo em que vamos mapeando dados deste ano, no primeiro semestre iremos ampliar a coleta de dados dos conflitos do ano de 2010; e, no segundo semestre, dados do ano de 2009. Concomitantemente, iremos ampliando informações de banco de dados, já disponibilizados, do Centro de Estudos Ambientais (CEA) e Núcleo de Análises Urbano (NAU).

Pretendemos, também, no início de 2012, a partir da experiência do ETTERN/IPPUR, acessar os dados e informações do Ministério Público e do Ministério do Trabalho na região, e assim, ampliar informações bem como incluir novos conflitos no banco de dados. Até o momento estamos nos focando na coleta de reportagens em dois jornais da Região (Agora e Diário de Pelotas), em exemplares do corrente ano, além da criação de categorias e a catalogação das reportagens. As categorias temáticas iniciais são: Economia, Copa do Mundo/Olimpiadas, Pesca, Política, Meio Ambiente, Saúde, Infraestrutura e Saneamento, Uruguai.

Objetivos do observatório

Portanto, a partir da constituição do banco de dados e do mapeamento dos conflitos poderemos nos utilizar dos mesmos como “gancho” para as pesquisas de Iniciação Científica, de Mestrados e Doutorados. Ou seja, partiríamos dos conflitos para identificar agentes, projetos e temáticas nos respectivos conflitos. Disso, poderíamos avançar para a identificação da agenda em debate da e para a cidade e sua relação com os projetos globais para as cidades brasileiras e no mundo por parte dos grupos hegemônicos; bem como os projetos e as ações associados a tal agenda e os posicionamentos dos setores sociais prejudicados ou mobilizados em contraposição àquela agenda na cidade. Uma pesquisa já esta sendo desenvolvida pelo coordenador neste sentido, e outras duas já estão sendo preparadas para iniciarem em 2012, uma no mestrado e outra no doutorado.

Sendo assim, no relacionado às pesquisas, partimos da concepção de que em sociedades como a nossa, capitalista e dividida em classes, três seriam os focos de conflitos: pela apropriação da riqueza produzida, pela apropriação e localização dos grupos humanos no/do território e pelos espaços de “poder”. Disso, os conflitos nos ajudariam a identificar os diferentes discursos, projetos e interesses (demandas) dos agentes em confronto (demandantes e demandados) para apreender a dinâmica social e relacional presente nesta disputa e os relacionado (s) ao (s) projeto (s) de cidade por parte de cada um dos setores, grupos ou agentes nas instituições públicas ou privadas.

Desta forma, objetiva-se desvendar demandas, lutas e reivindicações recorrentes, enfim, problemas que vem a tona pela imprensa e pelos órgãos públicos, que daremos publicidade. Isto porque, ao evidenciarmos os discursos dos diferentes atores sobre os temas, e a partir das pesquisas, será possível explicarmos os projetos associados a tais manifestações, e assim, qualificar os posicionamentos dos cidadãos, dos agentes políticos e os movimentos sociais, de luta pela moradia, dos estudantes, pescadores, agricultores e demais grupos sociais em nosso município e região. Portanto, mapear e dar visibilidade às manifestações públicas e aos conflitos decorrentes destas diferentes perspectivas que se manifestam no espaço público, fortalecerá a democracia em gestação em nossas cidades e países.

Para maiores informações sobre o “Observatório dos Conflitos” linha 38: Em vez de “pode ser adquiridas” colocar:” entre em contato através do e-mail: naturezacidade@gmail.com bem como, através do site do blog do grupo de pesquisa Política, Natureza e Cidade (<http://gpncfurg.blogspot.com>). Neste, publicaremos artigos, materiais e informações sobre reuniões e eventos que realizarmos.

¹Coordenador do Observatório, professor de políticas públicas e nos programas de Pós-Graduação em Educação Ambiental e Geografia da FURG.

²É Co-coordenador do Observatório, professor de políticas públicas e alunos especial do doutorado em Educação Ambiental.

³Acadêmico de direito e bolsista FAPERGS/FURG do Observatório.

⁴Formada em Geografia e acadêmica de biblioteconomia, é bolsista voluntária do Observatório.

⁵No site: <http://www.observaconflitos.ippur.ufjf.br>, mais informações. Nos anos noventa o prof. Dr. Henri Acselrad realizou um mapeamento dos conflitos ambientais no Rio de Janeiro, e depois, com o prof. Dr. Carlos Vainer, ambos do IPPUR/UFRJ e do ETTERN, ampliaram para os conflitos urbanos e constituindo o atual observatório.

Manifesto Nacional

“Por que aplicar 10% do PIB na educação pública?”

A educação é um direito fundamental de todas as pessoas. Possibilita maior protagonismo no campo da cultura, da arte, da ciência e da tecnologia, fomenta a imaginação criadora e, por isso, amplia a consciência social comprometida com as transformações sociais em prol de uma sociedade justa e igualitária. Por isso, a luta dos trabalhadores na constituinte buscou assegurá-la como “direito de todos e dever do Estado”.

No entanto, o Estado brasileiro, por expressar os interesses dos ‘donos do poder’, não cumpre sua obrigação Constitucional. O Brasil ostenta nesse início de século XXI, se comparado com outros países, incluindo vizinhos de América Latina, uma situação educacional inaceitável: mais de 14 milhões de analfabetos totais e 29,5 milhões de analfabetos funcionais (PNAD/2009/IBGE) – cerca de um quarto da população – aliada de escolarização mínima. Esses analfabetos são basicamente provenientes de famílias de trabalhadores do campo e da cidade, notadamente negros e demais segmentos hiperexplorados da sociedade. As escolas públicas – da educação básica e superior – estão sucateadas, os trabalhadores da educação sofrem inaceitável arrocho salarial e a assistência estudantil é localizada e pífia.

Há mais de dez anos os setores organizados ligados à educação formularam o Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira (II Congresso Nacional de Educação, II Coned, Belo Horizonte/MG, 1997). Neste Plano, professores, entidades acadêmicas, sindicatos, movimentos sociais, estudantes elaboraram um cuidadoso diagnóstico da situação da educação brasileira, indicando metas concretas para a real universalização do direito de todos à educação, mas, para

isso, seria necessário um mínimo de investimento público da ordem de 10% do PIB nacional. Naquele momento o Congresso Nacional aprovou 7% e, mesmo assim, este percentual foi vetado pelo governo de então, veto mantido pelo governo Lula da Silva. Hoje o Brasil aplica menos de 5% do PIB nacional em Educação. Desde então já se passaram 14 anos e a proposta de Plano Na-

em um aumento dos gastos do governo na área em torno de 140 bilhões de reais. O Tribunal de Contas da União acaba de informar que só no ano de 2010 o governo repassou aos grupos empresariais 144 bilhões de reais na forma de isenções e incentivos fiscais. Mais de 40 bilhões estão prometidos para as obras da Copa e Olimpíadas. O Orçamento da União de 2011 prevê 950 bilhões de

do a todas as organizações dos trabalhadores, a todos os setores sociais organizados, a todos(as) os(as) interessados(as) em fazer avançar a educação no Brasil, a que somemos força na realização de uma ampla campanha nacional em defesa da aplicação imediata de 10% do PIB nacional na educação pública. Assim poderíamos levar este debate a cada local de trabalho, a cada escola, a cada cidade e comunidade deste país, debater o tema com a população. Nossa proposta é, inclusive, promover um plebiscito popular (poderia ser em novembro deste ano), para que a população possa se posicionar. E dessa forma aumentar a pressão sobre as autoridades a quem cabe decidir sobre esta questão.

Convidamos as entidades e os setores interessados que discutam e definam posição sobre esta proposta. A ideia é que façamos uma reunião de entidades em Brasília (dia 21 de julho, na sede do ANDES/SN). A agenda da reunião está aberta à participação de todos para que possamos construir juntos um grande movimento em prol da aplicação de 10% do PIB na educação pública, consensuando os eixos e a metodologia de construção da Campanha.

ASSINAM ESSE MANIFESTO: ABEPSS, ANDES-SN, ANEL, CFESS, COLETIVO VAMOS À LUTA, CSP-CONLUTAS, CSP-CONLUTAS/DF, CSP-CONLUTAS/SP, DCE-UFRJ, DCE-UnB, DCE-UFF, DCE UFRGS, ENECOS, ENESSO, EXNEL, FENED, MST, MTL, MTST/DF, MUST, MOV. MULHERES EM LUTA, OPOSIÇÃO ALTERNATIVA, CSP-CONLUTAS/RN, PRODAMONHO, SEPE/RJ, SINASEFE, SINDSPREV, SINDREDE/BH, UNIDOS PRÁ LUTAR.



cional de Educação em debate no Congresso Nacional define a meta de atingir 7% do PIB na Educação em ... 2020!!!

O argumento do Ministro da Educação, em recente audiência na Câmara dos Deputados, foi o de que não há recursos para avançar mais do que isso. Essa resposta não pode ser aceita. Investir desde já 10% do PIB na educação implicaria

reais para pagamento de juros e amortização das dívidas externa e interna (apenas entre 1º de janeiro e 17 de junho deste ano já foram gastos pelo governo 364 bilhões de reais para este fim). O problema não é falta de verbas públicas. É preciso rever as prioridades dos gastos estatais em prol dos direitos sociais universais.

Por esta razão estamos propon-

Participe da Campanha!

As entidades que encabeçam a campanha pela aplicação imediata de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação pública lançaram uma petição online. O objetivo do abaixo-assinado é envolver a sociedade civil e conseguir ampla adesão ao movimento. “Acreditamos que a utilização de diferentes tipos de mídia auxiliará na divulgação e na maior adesão à Campanha pelos 10% do PIB para a Educação, já!

Entendemos que esta é uma luta que unifi-

ca todos os setores da sociedade e por isso nossa confiança na sua ampliação”, explica Bartira Grandi, diretora do ANDES-SN, que representa a entidade na comissão de organização da campanha.

O texto da petição lembra que a educação é um direito fundamental de todos e dever do Estado. Convida o signatário a participar da campanha nacional unificada “10% do PIB para a Educação Pública, Já!” e

integrar os comitês de Campanha estaduais para divulgar o plebiscito popular que começa no dia 06 de novembro de 2011. Além da criação de blog e abaixo-assinado online, no dia 24 de agosto de 2011 foi realizado em Brasília uma marcha em prol da Campanha onde participaram representantes da APROFURG, a marcha reuniu aproximadamente 22 mil pessoas. Confira as fotos:



Fotos: Humberto Calloni

Vote no Plebiscito

No último dia 24 de outubro, o Comitê Nacional da Campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública, já! se reuniu na sede do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE RJ). Uma das definições centrais da reunião foi a realização do Plebiscito Nacional pelos 10% do PIB já para a Educação no período de 06 de Novembro a 06 de Dezembro.

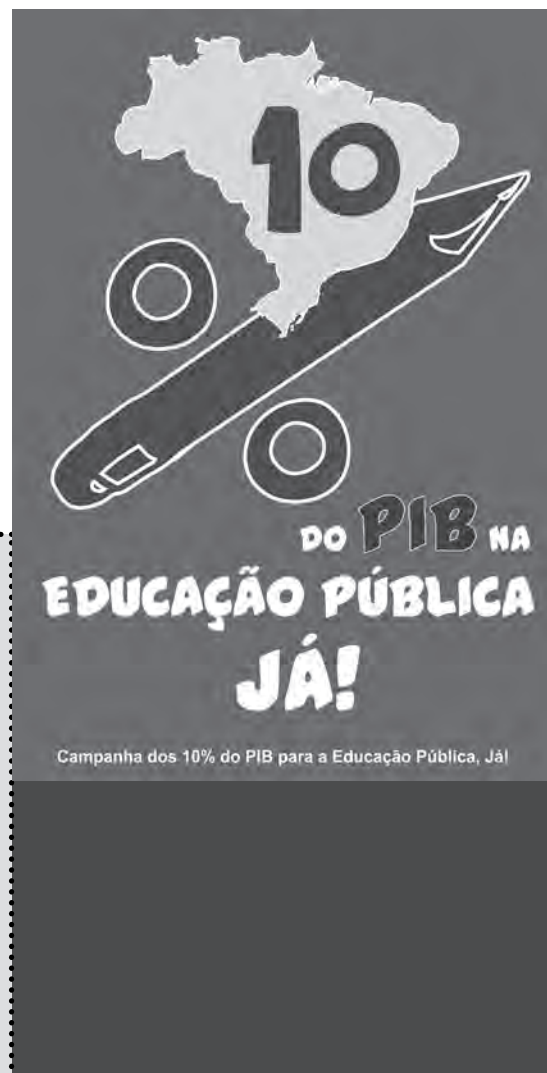
A pergunta do Plebiscito será: Você é a favor do investimento de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para Educação Pública Já?

Mãos à Obra! É hora do Plebiscito Nacional pelos 10% do PIB para a Educação Pública Já!

Para obter mais informações sobre a campanha acesse o blog:
dezporcentoja.blogspot.com

Para ler e assinar o abaixo-assinado, acesse:

<http://www.peticaopublica.com.br/?pi=p2011n13990>



Cláudio Engelke

Qual é a sua formação?

Me formei na primeira turma do curso de medicina da FURG no ano de 1971 e fiz uma pós-graduação em endocrinologia na PUC/RJ. Em março de 1973 comecei minha carreira como professor, ministrando aulas de endocrinologia na FURG quando a Universidade ainda era uma instituição privada.



Qual é a maior satisfação em dar aulas e qual é o maior desafio?

O professor deve sempre priorizar o diálogo, isso é básico para qualquer curso, e na medicina temos que nos preocupar em não formar médicos que trabalhem como se estivessem em uma “linha de montagem”. Um dos desafios é fazer com que os cursos proporcionem a humanização do profissional.



Se a chamada Emenda 29, mecanismo que vincula investimentos em saúde, fosse regulamentada e cumprida, esse dinheiro, se bem investido, auxiliaria os HUs sem a necessidade da privatização.

Como o senhor vê a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares?

Na grande maioria das vezes não encontramos pontos positivos quando falamos em privatização. E com a criação de uma empresa para gerar os Hospitais Universitários o que representa a incerteza do atendimento gratuito. Sabemos que a saúde pública no país está um caos mas a solução do problema não está na privatização. Se a chamada Emenda 29, mecanismo que vincula investimentos em saúde, fosse regulamentada e cumprida, esse dinheiro, se bem investido, auxiliaria os HUs sem a necessidade da privatização.

Entenda a Emenda 29

Promulgada em setembro de 2000, a Emenda Constitucional 29 determinou que os governos federal e estadual e as prefeituras devem reservar parte de seus orçamentos para gastos na área da saúde. Estabeleceu também que uma lei complementar iria definir quanto deveria ser reservado por cada ente federativo e o que poderia ser classificado como investimento no setor.

Com o problema posto, o Senado decidiu, em votação, que os estados e municípios brasileiros deveriam investir, respectivamente, 12% e 15% de suas receitas correntes em saúde. Para a União, com a criação do Piso Nacional de Saúde, a obrigação de investimentos seria, no mínimo, o orçamento do ano anterior mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) nominal.

A regulamentação da Emenda 29 ainda estabeleceu detalhadamente que tipo de gastos poderia ser inserido na rubrica da saúde. A intenção é evitar que governos maquiem seus orçamentos e aleguem que estão investindo adequadamente no setor. Atualmente os Executivos nos estados chegam a incluir como investimento em saúde, por exemplo, despesas com restaurantes populares, merenda escolar e programas regionais de transferência de renda.

Fonte: Conselho Nacional de Saúde



Primeira turma do curso de medicina da FURG

Polêmica Golbery

Para comemorar os 100 anos de nascimento do General Golbery do Couto e Silva, no dia 21 de agosto de 2011, a prefeitura de Rio Grande lançou a pedra fundamental de uma placa de

bronze em homenagem ao militar, nascido na cidade, na Praça Tamandaré. Iniciou-se juntamente com este ato diversas manifestações de repúdio à construção do monumento. Tenha

um panorama do assunto através dos artigos abaixo, que apresentam pontos de vista diferentes sobre a polêmica Golbery.

História com responsabilidade

Nos últimos dois meses, a polêmica ao redor do monumento em homenagem ao general rio-grandino Golbery do Couto e Silva (1911-1987), gerou amplas reflexões entre cidadãos indignados com o absurdo da reverência a um dos próceres da última ditadura civil-militar brasileira.

Os defensores do monumento – que foi aprovado por Lei Municipal no final de 2009 e começou a ser erigido em agosto último, na principal praça de Rio Grande – têm buscado esvaziar a rotina de protestos, semeando a desmemória e a confusão. A tática empregada tem um fim tácito: impedir que a História seja contada em sua totalidade e com responsabilidade.

Os argumentos empregados para tal intento subestimam a inteligência dos papareias. O primeiro deles – sustentado pelo proponente do projeto de homenagem, o vereador Renato Albuquerque (PMDB) – afirma que Golbery do Couto e Silva foi um rio-grandino ilustre, um benfeitor que sempre esteve disposto a intervir por sua cidade natal. Albuquerque, o prefeito Fábio Branco e mais nove vereadores sustentam que o general foi responsável por federalizar a FURG, por criar o sistema de distribuição de água que “salvou” Rio Grande dos racionamentos e até por interceder pela pavimentação de ruas do município.

Até agora, nenhum documento que prove a intervenção do general em tais benesses foi apresentado. Além disso, se de fato passaram pelas mãos de Couto e Silva, estas obras só podem ter ocorrido a partir de nefasta prática clientelista, o poder de influência que beneficia uns para lograr outros, um hábito sempre digno de repúdio na política brasileira – costume muito criticado por políticos locais quando atinge os interesses de Rio Grande em prol de outros municípios.

Mais surpreendente ainda, contudo, é o argumento que assegura ser preciso separar o Golbery do Couto e Silva “benfeitor” de Rio Grande, do general conspirador que esteve à frente das mais espúrias ações autoritárias do país antes e durante os Anos de Chumbo. A lógica sugere que a História esqueça o passado anticomunista e antidemocrático de Golbery, o homem que articulou a “Novembrada” para impedir a posse de Kubitschek, em 1955; que esteve à frente da fórmula parlamentarista que esvaziou o poder de Jango, em 61; que dirigiu toda a propaganda preparatória para o Golpe de 64; e que, instalada a ditadura, criou o Serviço Nacional de Informações, órgão que vigiou, perseguiu e ordenou o aprisionamento, o “desaparecimento” e a morte de milhares de brasileiros. Conforme os defensores de Couto e Silva, devemos “separar as coisas”, discernindo entre o benfeitor municipal – que nunca exerceu qualquer cargo diretamente ligado à cidade – e o “satânico Dr. Go” (como era chamado). A idéia beira o ridículo e abre um perigoso precedente para que outras figuras sinistras da História sejam incensadas.

Os defensores da homenagem a Golbery do Couto e Silva dizem, ainda, que a maior parte da população de Rio Grande concorda com o projeto. Contudo, um abaixo-assinado de 1.800 firmas e duas pesquisas de opinião, uma na TV e outra na mídia impressa, mostram o contrário – cerca de 60% dos entrevistados disseram não à reverência. Em qualquer lugar onde a vontade popular é minimamente respeitada, tais números seriam suficientes para que a discussão ganhasse outro perfil, mas não parece muito óbvio que legisladores dispostos a homenagear líderes da ditadura estejam dispostos a ouvir a voz do povo.

Francisco Cougo Jr.
historiador

A gratidão rio-grandina ao filho benfeitor

A passagem dos 100 anos do nascimento do General Golbery do Couto e Silva, ocorrido no último dia 21 de agosto, ensejou-me junto com outros rio-grandinos, a oportunidade de resgatar a memória do conterrâneo que muito fez por esta cidade.

Golbery foi um protagonista, mentor da Revolução de 1964, e também o artífice da volta do País à democracia.

Não foi por seu passado político de militar, que resolvi propor a homenagem, e sim por entender ser o grande responsável por ter proporcionado à nossa terra natal inúmeras e monumentais obras e ações, que marcaram definitivamente o futuro desta terra.

- Construção do Terminal Graneleiro Trigo e Soja - TTS;

- Federalização da Universidade, proporcionando aos milhares de alunos da FURG o ensino gratuito;

- Recursos vultosos para implantação do Campus Carreiros;

- Forte estímulo ao plano de carreira do Magistério Superior Federal, através do também gaúcho General Rubem Ludwig, Ministro da Educação;

- Construção do canal adutor da CORSAN, que resolveu o grave problema enfrentado pelo Município, a dependência da extração do precioso líquido dos insuficientes poços artesianos;

- Transferência do 5º Distrito Naval para Rio Grande;

- Construção do Ginásio de Esportes da Praça Saraiva;

Figuras de expressão nacional, que também participaram de revoluções e de regimes ditatoriais continuam sendo homenageados por este país afora: Marechal Castelo Branco e Getúlio Dornelles Vargas (o pai dos pobres).

Gente... Para que tanta briga? Será que não podemos discutir as coisas civilizadamente? Isto aqui é uma democracia, ainda bem! As pessoas têm o direito de dizer suas opiniões e de declararem as suas preferências políticas, ideológicas, religiosas, esportivas, seja lá a que for! As pessoas constroem suas opiniões através das informações que recebem das coisas que acreditam e das experiências que tiveram.

Não vamos ficar com ódio dos outros só porque pensam diferente da gente, isto com certeza seria uma ditadura de pensamento.

Vamos parar com este modismo de destacar figuras controvertidas como: Mohamoud Ahmadinejad, Fidel Castro, Hugo Chaves, Evo Morales, entre outros, aí a ideologia justifica tudo.

Ao contrário, minha motivação é embasada na justiça e na gratidão, sentimentos que faço questão de continuar cultivando.

Renato Espíndola de Albuquerque
Vereador em Rio Grande.

APROFURG ingressará com cobrança de valores de anuênios e auxílio alimentação

LINDENMEYER
ADVOCACIA & ASSOCIADOS

Há algum tempo a secretaria da APROFURG vem recebendo procuração dos professores para a habilitação em processo de cobrança de diferenças de anuênios e auxílio alimentação.

As diferenças de anuênios são devidas a todos os professores que estavam na ativa no período de 1996 até 2000. Trata-se de cobrança das diferenças não pagas de correção monetária sobre os valores pagos no contracheque de março de 2003 de anuênios, pagos com atraso, devidos desde o período de 1996 a 2000.

Já as diferenças de auxílio alimentação são devidas a todos os professores que saíram em férias no período de 1997 até 2002, e

que neste período recebiam o benefício do auxílio alimentação. O valor a ser cobrado é de R\$ 77,00 por férias tiradas no período de 1997 até 2002, corrigido monetariamente e com juros.

Recentemente foram concluídos cálculos de todos os professores que possuem direito a tais diferenças, independentemente de terem ou não deixado procuração na APROFURG. Com base nesses cálculos, a APROFURG ajuizou a “execução” desses dois processos, que nada mais é do que a cobrança dos valores.

Essas duas cobranças inauguram a adoção de um novo procedimento por parte desta assessoria jurídica, que é a cobrança cole-

tiva dos valores, isto é, todos os professores estão, ao mesmo tempo, cobrando seus valores, representados pela sua entidade de classe.

Caso seja aceita pela Justiça essa forma de cobrança, visualiza-se somente benefícios aos docentes, pois receberão todos ao mesmo tempo seus valores, nos mesmos critérios de cálculos, evitando-se assim, decisões diferentes, cálculos muito diferentes e época muito diferente de recebimento dos valores

Os valores cobrados coletivamente estão disponibilizados em lista na sede da APROFURG.

SAÚDE

Pensamentos Repetitivos e pessoas ruminativas

Prof. Dra. Marlene Teda Pelzer
Escola de Enfermagem

Susan Nolen-Hoeksema, psicóloga e professora da Universidade de Yale (EUA), tem estudado o tema que recebeu o nome de “overthinking” (pensar demasiado/preocupar-se em excesso) e que é um mal que cada vez mais aumenta na sociedade atual.

Segundo Susan (2007), quando pensamos excessivamente, damos voltas e voltas em nossos pensamentos e sentimentos negativos: os analisamos, examinamos, os amassamos como se faz com massas de pão. O resultado? O mesmo que ocorre com a massa: depois de amassada, tem o dobro do volume inicial. Os pensamentos negativos se expandem, crescem e se apoderam de todo o espaço de nossa mente.

O pensamento excessivo é como uma espiral na qual damos voltas várias vezes a um acontecimento que nos fez sentir mal. Mas, ao invés de buscarmos soluções, alimentamos nosso mal-estar, somando às recordações detalhes que mantêm a sensação de sofrimento. Para Susan (2007), os sentimentos negativos colocam uma lente que nos oferece uma visão restrita e distorcida do mundo. Olhando-nos através desta lente, em lugar de ver a realidade de nosso passado ou de nosso presente, não vemos mais do que o nosso estado de ânimo



negativo quer que vejamos; os acontecimentos difíceis de nosso passado, os aspectos negativos de nossa situação atual, as coisas que podem ir mal no futuro e por aí em diante.

Normalmente esses pensamentos circulares negativos surgem ao analisarmos de forma retrospectiva nossos atos, não para tirarmos conclusões ou ensinamentos, mas sim para nos fazer reprovações e julgamentos, na maior parte das vezes injustificáveis.

A diferença não está entre pensar o necessário ou demasiado, mas sim entre pensar prospectivamente ou fazê-lo a posteriori, de forma repetitiva.

Quando alguém pensa “depois”, está cometendo uma falácia de pensamento, utilizando pistas e efeitos que no momen-

to de tomar a decisão não eram óbvios para serem tomados em conta. Analisar uma e outra vez o que dissemos ou fizemos, reprovando-nos o fato de não termos sabido atuar de certa forma, é uma das características desse contínuo pensar. Isso não significa que não tenha sentido pensar no passado, mas sempre e quando houver um objetivo que fará sentido para o futuro.

Pensar no passado só tem sentido quando se produz um novo conhecimento, utilizável no presente ou no futuro. Entender os motivos do acontecer da vida é muito importante na medida em que aportam conhecimentos sobre nossas limitações e desejos.

Aprender a Desconectar

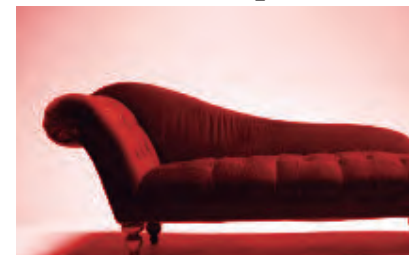


Conforme Susan (2007), uma das estratégias mais efetivas para frear esses pensamentos circulares é distrair-nos, realizar alguma ocupação que nos seja agradável e que necessite concentração. Dessa forma nossa mente focaliza sua atenção na atividade que está realizando, deixando de lado as preocupações. Ao estarmos ocupados em algo que gos-

tamos, tomamos distância de nossas preocupações e melhoramos nosso ânimo, ajudando-nos a perceber os problemas a partir de uma perspectiva mais positiva.

Há muitas atividades que são úteis para desconectar os pensamentos repetitivos e voltar a colocar os pés na realidade. Os exercícios físicos (aumentam a secreção de serotonina e endorfina), a meditação, o relaxamento e as atividades artísticas, são interessantes antagonistas.

Recorrer à Terapia



Segundo a psicóloga Glória Ximenes, as pessoas que continuamente dão voltas num mesmo tema até o ponto que esses pensamentos bloqueiem seus atos, são as que muitas vezes são chamadas de pessoas “ruminativas”, ou com traços “obsessivos”. São casos que precisam de ajuda psicoterapêutica para desmontar esse mecanismo.

Para saber mais, ver: “Mulheres que pensam demais”, de Susan Nolen-Hoeksema. Portugal: Estrela Polar, 2007.